



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1009262-15.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Ivani Luzia Tunin**  
 Requerido: **Carlos Eduardo Gambim e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

1 Trata-se de ação que objetiva a expedição de alvará para transferência do veículo descrito no documento de fls. 12 . O carro é de propriedade de HERALDO GABIM, falecido em 31/05/2017, conforme certidão de óbito que consta às fls. 8.

2 A ação foi interposta pela companheira e um dos filhos.

3 Os demais herdeiros foram citados e manifestaram concordância na expedição do alvará somente mediante o depósito do valor correspondente ao quinhão de cada um deles.

4 A parte autora efetuou o depósito do valor pretendido.

**5 É o relatório, fundamento e decido.**

6 O pedido é procedente, pois todos os herdeiros estão de acordo com a expedição do alvará.

7 Anoto que, diante do caráter voluntário desta ação e, ainda, da incidência do princípio da boa-fé processual, que é um dever de todos aqueles que participam do processo, nos termos do artigo 5º do Código de Processo Civil, é de exclusiva responsabilidade da parte eventuais irregularidades e/ou omissões que possam resultar em prejuízo à terceiros.

8 Destaco, ainda, o alvará não tem conteúdo mandamental, sendo, somente, uma autorização para a prática dos atos jurídicos necessários, inclusive podendo, os autores, assinar todo e qualquer documento para o bom cumprimento deste. Deste modo, o alvará não implica em determinação para a transferência do bem, que ocorrerá de acordo o critério do órgão de trânsito responsável.

9 Eventual divergência entre o requerente e a entidade administrativa deverá ser dirimida em ação própria.

10 Nestes termos, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, **ACOLHO** o pedido inicial, determinando a expedição de alvará autorizando a autor, IVANI LUZIA TUNIN, a proceder à transferência, para quem melhor lhe convier, do veículo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

indicado às fls. 12 que está em nome do falecido, podendo praticar todos os atos necessários, ressalvadas exigências administrativas e resguardados direitos de terceiros. Por consequência, julgo extinto o feito, com resolução de mérito.

11 Diante do pedido formulado, e do seu acolhimento, ausente interesse recursal, nos termos do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, pelo que fica, desde já, **anotado o trânsito em julgado na data de assinatura da sentença**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão

**12 Expeça-se alvará** nos termos acima delineados, com prazo de 180 dias.

**13 Expeça-se guia de levantamento** dos valores (fls. em favor dos herdeiros, observe-se que o referente ao herdeiro Luis Thiago deve ser expedido em favor do advogado da parte autora.

14 Intime-se a Fazenda Pública Estadual para fins de eventual apuração administrativa quanto aos tributos.

15 Cumprida a determinação, remeta-se ao arquivo.

16 P.I.

São Carlos, 13 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**